



Ata da 7ª Reunião Plenária Ordinária de 2021
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP

1 Às quatorze horas do vigésimo nono dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte um,
2 por meio de videoconferência, teve início a Sétima Reunião Ordinária do Conselho de
3 Arquitetura e Urbanismo de São Paulo do ano de dois mil e vinte, sob a direção do
4 Presidente do CAU/SP **CATHERINE OTONDO**. A lista de presença foi assinada por
5 setenta e três participantes, dos quais sessenta e três conselheiros titulares e dez
6 suplentes de conselheiros no exercício da titularidade, sendo estes as Senhoras e os
7 Senhores: Ana Beatriz Goulart de Faria, Tamires Noely Gomes de Oliveira, Stefania
8 Dimitrov, Renato Matti Malki, Larissa Francez Zarpelon, Raquel Furtado Schenkman
9 Contier, Bruno Ghizellini Neto, Maria Teresa Cardoso Fedeli, Dania Brajato e Claudia
10 Maria Lima Ribeiro. **ORDEM DOS TRABALHOS:** 1. Verificação do quórum. A
11 Presidente **CATHERINE OTONDO** confirmou o quórum com setenta e três
12 conselheiros presentes na reunião virtual. Avançou ao **ITEM 2** e fez a leitura da pauta a
13 seguir transcrita: **ORDEM DOS TRABALHOS:** I. Verificação do quórum; II. Leitura
14 e discussão da pauta; III. Discussão e aprovação das atas da 4ª reunião plenária
15 extraordinária de 2020 e da 6ª reunião plenária ordinária de 2021; IV. Apresentação de
16 comunicações: a. do Colegiado das Entidades Estaduais de Arquitetos e Urbanistas; b.
17 da Ouvidoria; c. dos Coordenadores das comissões permanentes; d. do Presidente; e e.
18 do Conselheiro Federal representante do Estado de São Paulo. V. Comunicados dos
19 conselheiros. **VI. ORDEM DO DIA:** 1. Prestação de Contas e Balanço Contábil – 2º
20 Trimestre 2021 (Origem: CPFi-CAU/SP). 2. Relatório de Gestão Integrado (Origem:
21 CPFi-CAU/SP). 3. Edital de Boas Práticas do CAU/SP: Preservação do Patrimônio;
22 Ensino; TFG e Extensão (Origem: CPC/ CEF/CD-CAU/SP). Após a inclusão de dois
23 itens **EXTRAPAUTA:** 4. Despacho nº 005/2021 da Presidente do CAU/SP (*ad*
24 *referendum* do Plenário) - Atualização do calendário do CAU/SP (Origem: PRESID-
25 CAU/SP) (Regime de Urgência). 5. Extrapauta: Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)
26 (Origem: CD-CAU/SP) (Regime de Urgência), e retirada do item Edital de Boas
27 Práticas do CAU/SP: Ensino, TFG e Extensão (Origem: CEF-CAU/SP), não havendo
28 manifestações adicionais, a pauta foi considerada aprovada. Prosseguiu ao **Item III.**
29 **Discussão e aprovação das atas da 4ª reunião plenária extraordinária de 2020 e da**
30 **6ª reunião plenária ordinária de 2021:** Não havendo retificações, as respectivas atas
31 foram consideradas aprovadas, por aclamação. Deu continuidade à discussão da pauta
32 com o **Item IV. Apresentação de comunicações:** A presidente do CAU/BR **NÁDIA**
33 **SOMEKH**, iniciou suas comunicações fazendo uma prévia do balanço do primeiro
34 semestre de gestão, e ainda um informativo sobre a participação do CAU no Congresso
35 Mundial de Arquitetos, promovido pela União Internacional de Arquitetos (UIA).
36 Ressaltou o compromisso com a questão social dentro do Programa Mais Arquitetos,
37 que que prevê o aumento do mercado de projetos de arquitetura no Brasil, sendo está a
38 marca principal deste primeiro semestre de gestão. Pontuou sobre o lançamento da



39 Carta do Rio, de grande importância para as CPUATs e CPUAs do Brasil, para uma
40 construção de uma cidade melhor. Apontou a discussão realizada em torno da legislação
41 64, avanços de produção de conhecimento em relação a licenciamento urbanístico pelo
42 Conselho. Duas reuniões com o Fórum de Presidentes, em que vinte presidentes
43 relataram suas dificuldades e necessidade de trabalho conjunto com o CAU/BR. Para
44 além da programação do Congresso, salientou que a continuidade do diálogo é de suma
45 importância para a condução dos trabalhos. Destacou a questão da criação de redes, com
46 a proposta de realização de um fórum internacional de entidades, sendo feito o convite
47 para o 2º Fórum de Entidades, a ser realizado, em Brasília, no ano de 2022. Informou
48 sobre a eleição do novo presidente da UIA, o mexicano José Luis Cortés, que assegurou
49 mais espaço de participação ao CAU/BR. Apontou a questão da demanda de
50 sensibilização dos deputados, e os trabalhos desenvolvidos nesse sentido, que se refere a
51 manutenção dos direitos trabalhistas para os profissionais da área. Ponderou sobre a
52 necessidade de um SICCAU mais robusto, evitando que instabilidades no sistema
53 continuem prejudicando o andamento dos trabalhos. Quanto a redistribuição da ATHIS,
54 informou que estão em busca de um modelo padrão. Solicitou o encaminhamento, pelo
55 CAU/SP, do Protocolo de Intenções de forma célere. Por fim, reforçou que será
56 realizada divulgação itinerante de projetos de arquitetos selecionados, iniciando pelo
57 Congresso Nacional. Seguiu ao **Subitem a. do Colegiado das Entidades Estaduais de**
58 **Arquitetos e Urbanistas:** A Coordenadora do CEAU-CAU/SP ANA MARIA REIS
59 **DE GOES MONTEIRO**, informou que o Colegiado tem atuado em duas frentes:
60 compondo a Comissão Temporária da Campanha de Valorização do Ensino e
61 Formação, que já conta com a realização de duas reuniões, a definição de pontos
62 importantes e o início dos trabalhos, como também a participação do CEAU no CAU
63 Escuta, contando com 600 participantes nas rodas de conversas e acessos posteriores via
64 Youtube. Salientou a ampliação do acesso de pessoas no interior, que antes não
65 acessavam o conteúdo do CAU. Pontuou o desconhecimento e descaso com a legislação
66 urbanística em todas as cidades e questões relacionadas a formação. Afirmou que estas
67 pautas serão trabalhadas, possibilitando uma avaliação de como as entidades do CEAU
68 podem continuar a contribuir para a ampliação e fortalecimento da profissão, se
69 colocando à disposição para auxiliar nos trabalhos. Com relação ao **Subitem b. da**
70 **Ouvidoria:** Foi informada a ausência do ouvidor, o Sr. Affonso Risi. Seguiu ao
71 **Subitem c. dos Coordenadores das comissões permanentes:** A coordenadora adjunta
72 da Comissão de Organização e Administração do CAU/SP (COA-CAU/SP), conselheira
73 **LEDA MARIA LAMANNA FERRAZ ROSA VAN BODEGRAVEN** informou que
74 a COA tem participado de várias reuniões conjuntas com a COA-CAU/BR, discutindo
75 sobre composição de comissões, os procedimento para reuniões híbridas, plano de
76 carreira e fizeram um balanço dos seis primeiros meses de trabalhos da COA, com o
77 trabalho sendo desenvolvido relativo ao RI. A coordenadora da Comissão de Ensino e
78 Formação do CAU/SP (CEF-CAU/SP), conselheira **ANA LUCIA CERAVOLO**
79 ressaltou os avanços no sentido de discutir o ensino no estado de São Paulo, em



80 conjunto com os coordenadores de cursos das escolas no Estado, convidando a todos
81 para participarem de oficina a ser realizada nos dias 17, 18 e 19 de agosto, contando
82 com o lançamento de um formulário para inscrição, buscando avançar em um
83 diagnóstico comum para definir ações concretas que auxiliem as instituições de ensino,
84 estabelecendo um vínculo maior com o CAU/SP. A coordenadora da Comissão de
85 Planejamento e Finanças do CAU/SP (CPF_i-CAU/SP), conselheira **RENATA ALVES**
86 **SUNEGA** informou sobre a realização reunião extraordinária da CPF_i no dia anterior,
87 que contou com o fechamento trimestral do primeiro e segundo semestre das contas
88 semestrais, com a homologação pelo CAU/BR. Comunicou que foi realizado
89 levantamento por parte do Departamento de Finanças, quanto a 198 processos aptos a
90 execução fiscal em relação a multas, e através do levantamento não encontraram no
91 histórico a execução fiscal de cobrança de multa. Acrescentou que será feito o
92 levantamento dos processos que prescreveram, com o encaminhamento dos 198
93 processos aptos, e mais 311 processos no Setor Técnico a serem encaminhados.
94 Informou sobre o Grupo de Trabalho Formas Contemporâneas de Arrecadação do
95 CAU/BR, que visa disponibilizar outras possibilidades de pagamentos para facilitar os
96 procedimentos adotados pelos arquitetos. A coordenadora da Comissão de Ética e
97 Disciplina do CAU/SP (CED-CAU/SP), conselheira **CAMILA MORENO DE**
98 **CAMARGO** frisou que a CED tem participado, em conjunto com outras comissões e
99 coordenações, do desenho dos fluxos das denúncias que são apresentadas ao CAU e
100 como ajustar os procedimentos de respostas. Salientando os trabalhos desenvolvidos no
101 Projeto Olho Vivo, com convite para participação feito pela Comissão de Fiscalização.
102 A coordenadora da Comissão de Fiscalização do CAU/SP (CF-CAU/SP), conselheira
103 **ANGELA GOLIN**, comunicou que foi realizado debate na regional de Sorocaba com a
104 equipe da CPUAT, sobre legislação urbanística e a questão do Estatuto da Cidade, com
105 a inauguração de uma forma de realizar pesquisa com àqueles que se inscrevem para
106 participar do evento, que indicou o desconhecimento quanto as ações fiscalizatórias,
107 possibilitando a intensificação da comunicação sobre os trabalhos realizados pela
108 fiscalização do CAU, e informando que pretendem realizar essa ação em outras
109 regionais. A suplente da conselheira coordenadora da Comissão de Exercício
110 Profissional do CAU/SP (CEP-CAU/SP), **LARISSA FRANCEZ ZARPELON**,
111 explicitou que a CEP aprovou, em caráter orientativo, um modelo de atestado para
112 acervo técnico, que será publicado no sítio eletrônico e na carta de serviços do CAU/SP.
113 Quanto a alteração do Decreto 90.922/85, que permite a atuação de técnicos em projetos
114 de até 300m², informou que foi feita manifestação de repúdio. Comunicou que a CEP
115 aprovou manifestação contrária a MP 1040/2021, que pretende extinguir o salário-
116 mínimo profissional de arquitetos e urbanistas. Informa que a Comissão solicitou
117 contribuições das demais comissões, no âmbito das suas atuações, referentes as
118 atividades técnicas desenvolvidas por profissionais arquitetos e urbanistas, que não
119 estejam contempladas na Resolução 21/2012, propondo adequações e modernizações do
120 exercício da arquitetura e urbanismo, e após análise, será encaminhada a CEP do



121 CAU/BR para inclusão dessas atividades técnicas. Ponderou sobre a participação da
122 CEP na reunião que tratou do Projeto Olho Vivo. Como último comunicado, informou
123 que a CEP propôs duas datas para o mês de agosto, para a realização de webinar sobre
124 a relatoria de processos de exercício profissional em segunda instância, nos dias 13, das
125 09 às 11h, ou dia 17, das 17h às 19h. Quanto as Comissões Especiais, iniciando pela
126 Comissão de Assistência Técnica a Habitação de Interesse Social – CATHIS-CAU/SP,
127 a conselheira **FERNANDA SIMON CARDOSO** informou sobre a realização de
128 levantamento de todas as iniciativas de ATHIS no estado, através de um questionário
129 que será direcionado a vários setores, a ser lançado no próximo mês. Comunicou sobre
130 o desenvolvimento de edital de ATHIS, que será lançado no início do mês de setembro.
131 A coordenadora-adjunta da Comissão de Desenvolvimento Profissional – CDP-
132 CAU/SP, conselheira **MARCIA HELENA SOUZA DA SILVA** apontou os
133 preparativos para o Seminário Internacional de Arquitetura e Urbanismo no Setor
134 Público, a ser realizado no mês de novembro, e a análise da tabela de honorários, com o
135 objetivo de simplificá-la. A coordenadora da Comissão de Comunicação – CCom-
136 CAU/SP, conselheira **SAMIRA RODRIGUES DE ARAÚJO BATISTA** a criação de
137 grupo dos conselheiros via WhatsApp, para envio de mensagens sobre os eventos a
138 serem organizados e do calendário semanal, ressaltando a importância de que todos
139 permaneçam no grupo para que os conselheiros se mantenham atualizados. Fez o
140 informe sobre o lançamento no site do CAU/SP do *link* Portal do Conselheiro, contendo
141 todos os formulários informativos, a agenda de todas as reuniões e a disponibilização
142 das artes de divulgação. Solicitou que as comissões indiquem nomes, titular e suplente,
143 para contato direto com a CCom. Com relação aos planos de ação, propôs a junção das
144 propostas apresentadas pelas comissões em uma única campanha, mantendo a redução
145 de custos e fortalecendo a campanha. A coordenadora da Comissão de Patrimônio
146 Cultural – CPC-CAU/SP, conselheira **VANESSA GAYEGO BELLO FIGUEIREDO**
147 comunicou sobre a realização, no dia 26 de julho, da primeira reunião conjunta de
148 comissões de patrimônio com os CAUs dos outros estados, com a ideia de dar ciência
149 quanto aos trabalhos que estão sendo desenvolvidos, apresentando a proposta de criação
150 do Fórum Nacional de Patrimônio CAU, reunindo representantes de todos os estados do
151 CAU, e através do mapeamento das convergências nacionais indicou a ausência de
152 interlocução com o CAU/BR. Informou sobre a realização do 1º Encontro sobre
153 Arquitetura, Patrimônio e Urbanismo, a ser realizado nos dias 30 e 31 de agosto, das
154 18h às 20h. Seguiu ao **Subitem d. do Presidente**: A Presidente **CATHERINE**
155 **OTONDO** apresentou os números do Congresso Mundial de Arquitetos, com o alcance
156 de mais de 80.000 em mais de 120 países. Quanto ao CAU, afirma que a UIA propiciou
157 uma discussão sobre o campo de atuação da arquitetura e urbanismo de forma ampla,
158 com a proposta de que haja uma apropriação do conteúdo da Carta do Rio de Janeiro, e
159 possíveis adoção de ações transversais por parte do CAU. Com relação ao Fórum dos
160 Presidentes, fez um breve informe dos assuntos tratados. Citou ainda ações para
161 preservação e garantia da segurança do edifício que será a nova sede do CAU, e a



162 compra de equipamentos para realização de reuniões híbridas do CAU. Passou ao **Item**
163 **Extrajuda: 4. Despacho nº 005/2021 da Presidente do CAU/SP (ad referendum do**
164 **Plenário) - Atualização do calendário do CAU/SP (Origem: PRES-CAU/SP):** A
165 Presidente passou a leitura, na íntegra, do despacho que dispõe sobre alteração no
166 calendário de reuniões dos órgãos colegiados do CAU/SP de 2021, e estabelece outras
167 providências. Não havendo manifestações contrárias, a proposta de calendário foi
168 considerada aprovada por aclamação. Dando prosseguimento a discussão da pauta,
169 iniciou a deliberação do **Item 5. Extrajuda: Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)**
170 **(Origem: CD-CAU/SP):** A gerente administrativa **ELAINE CRISTINA DA SILVA**
171 apresentou informações sobre o Acordo Coletivo de Trabalho, de 01 de 2021 a 30 de
172 abril de 2023, entre o CAU/SP e o Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias de
173 Fiscalização do Exercício Profissional e Entidades Coligadas no Estado de São Paulo –
174 SINSEXPRO. Pontuando que a cláusula do reajuste foi aprovada na última plenária,
175 possibilitando o início de sua aplicação. Após manifestações dos conselheiros, a
176 Presidente do CAU/SP colocou a proposta do Acordo Coletivo de Trabalho em regime
177 de votação. A votação resultou em setenta e um votos favoráveis, nenhum voto
178 contrário e nenhuma abstenção. Declarando aprovado o Acordo Coletivo de Trabalho
179 2021-2023. O conselheiro **MAURÍLIO RIBEIRO CHIARRETTI** salientou a
180 necessidade de garantir um debate mais aprofundado sobre a questão, afirmando ser
181 imprescindível a fundamentação de plano de carreira, com o detalhamento das ações
182 dos funcionários dentro do Conselho. Salientou a não necessidade de adequação a toda
183 norma trabalhista, visando a não redução dos direitos, e sim a ampliação de direitos, de
184 acordo com as demandas dos funcionários. A Presidente **CATHERINE OTONDO**
185 corroborou com as colocações, informando sobre a intenção de criação do Plano de
186 Carreira. Retornou a pauta ao **Item 1. Prestação de Contas e Balanço Contábil – 2º**
187 **Trimestre 2021 (Origem: CPFi-CAU/SP):** A gerente financeira do CAU/SP
188 **VANESSA BARBOSA ENJU**, iniciou a apresentação, informando que o conteúdo foi
189 analisado, deliberado e aprovado pela CPFi, apresentou os números detalhados das
190 finanças. Em seguida, a coordenadora de contabilidade **SANDRA REGINA DE**
191 **OLIVEIRA** apresentou as Notas Explicativas da prestação de contas janeiro a junho.
192 Prestados os esclarecimentos, a Presidente do CAU/SP entrou em regime de votação
193 para deliberar sobre a Prestação de Contas. A votação resultou em sessenta e oito votos
194 favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Declarando aprovada a
195 Prestação de Contas e Balanço Contábil – 2º Trimestre 2021. Seguiu ao **Item 2.**
196 **Relatório de Gestão Integrado do CAU/SP – 1º semestre de 2021 (Origem: CPFi-**
197 **CAU/SP):** A coordenadora da CPFi-CAU/SP **RENATA ALVES SUNEGA** iniciou a
198 apresentação do relatório, citando o §3º, que dispõe que a divulgação das informações
199 referidas no parágrafo anterior, relativas aos exercícios de 2021 e seguintes, deverá ser
200 realizada até o final do primeiro trimestre de cada exercício e ser atualizada sempre que
201 mudanças ocorrerem ou, no máximo, ao final de cada semestre, justificando a
202 deliberação da questão na plenária, afirmando que optaram por utilizar o modelo



203 consolidado do RGI. Em seguida, foram apresentados os dados que compõem o
204 relatório em cada eixo temático pelos seus respectivos responsáveis. Franqueada a
205 palavra para manifestações, o conselheiro **JOSÉ ROBERTO GERALDINE JUNIOR**
206 externou preocupação quanto ao não atingimento das metas mínimas estabelecidas pelo
207 CAU/BR em vários das áreas e setores do CAU/SP. Não havendo manifestações
208 adicionais, a Presidente do CAU/SP colocou o RGI apresentado em regime de votação.
209 A votação resultou em sessenta e oito votos favoráveis, nenhum voto contrário e
210 nenhuma abstenção. Declarando aprovado o Relatório de Gestão Integrada 1º semestre
211 de 2021. A presidente proferiu os agradecimentos ao corpo funcional e conselheiros
212 pelo relato. Solicitou a impressão do relatório para distribuição aos membros
213 conselheiros, possibilitando a análise das métricas financeiras. Ato contínuo, prosseguiu
214 ao **Item 3. Edital de Boas Práticas do CAU/SP: Preservação do Patrimônio;**
215 **(Origem: CPC/CD-CAU/SP):** Foi informando que se trata de proposta apresentada em
216 2020, e aprimorada no ano de 2021, com base no trabalho realizado pela Comissão da
217 gestão anterior. A coordenadora da CPC-CAU/SP **VANESSA GAYEGO BELLO**
218 **FIGUEIREDO** prestou os esclarecimentos quanto ao objeto e os critérios do edital,
219 reiterando que o documento foi enviado aos membros previamente. Acrescentou que
220 que o Chamamento Público tem por objeto a seleção de trabalhos desenvolvidos por
221 arquitetos(as) e urbanistas, docentes arquitetos(as) e urbanistas, escritórios de
222 arquitetura e urbanismo, Organizações não-governamentais – ONGS, Organizações da
223 Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPS, e Órgãos da Administração Pública
224 Direta ou Indireta do Estado de São Paulo, para concorrerem a menção honrosa
225 intitulada "Boas Práticas de Preservação do Patrimônio Cultural". Não havendo
226 inscrições para discussão da matéria, a Presidente do CAU/SP entrou em regime de
227 votação para deliberar sobre o item em epígrafe. A votação resultou em sessenta e um
228 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Declarando aprovada a
229 minuta do Edital de Boas Práticas do CAU/SP: Preservação do Patrimônio. Passou ao
230 último item da pauta, **V. Comunicados dos conselheiros:** A Vice-Presidente do
231 CAU/SP **POLIANA RISSO SILVA UEDA** apresentou informações sobre ações
232 desenvolvidas pelos escritórios descentralizados, obtendo através do CAU Escuta as
233 ponderações feitas pelos coordenadores das comissões, possibilitando avaliar se as
234 demandas estão contempladas nos projetos apresentados, e caso contrário, buscar meios
235 para atendê-las. Afirmou que essas ações foram desenvolvidas com o objetivo de
236 entender as especificidades de cada regional, possibilitando o fortalecimento dos
237 trabalhos do CAU no território, ampliando o alcance de profissionais. **Quanto aos**
238 **informes das Comissões Temporárias,** a conselheira **LEDA MARIA LAMANNA**
239 **FERRAZ ROSA VAN BODEGRAVEN,** coordenadora da Comissão Temporária de
240 Equidade e Diversidade do CAU/SP – CTED-CAU/SP, informou que foi realizada a
241 primeira reunião ordinária da CTED, em que foi revisto o plano de trabalho inicial, com
242 uma estimativa de como desenvolver um diagnóstico sob a ótica do Estado de SP, e
243 estão em processo de definição da metodologia a ser utilizada para fazer esse



244 levantamento. Discutiram também sobre a execução de evento conjunto, em
245 atendimento ao convite feito pelo IAB Nacional. Acrescentou dispendo que foi iniciado
246 o mapeamento de conselhos e outras entidades de classe que mantêm temas
247 relacionados a Equidade e Diversidade, possibilitando a proposição de ações conjuntas.
248 O conselheiro **VICTOR CHINAGLIA JUNIOR** comunicou o lançamento por parte
249 do Sindicato dos Arquitetos, de manifesto de repúdio quanto a Medida Provisória 1.040,
250 afirmando esta não atinge apenas o setor de arquitetura e urbanismo, como também a
251 categoria de ciência e tecnologia brasileira como um todo, afirmando que a legislação
252 retira a necessidade de anuência prévia por parte da ANVISA para patente de produtos e
253 processos farmacêuticos, e ainda retira os limites para participação estrangeira em
254 capital de prestações de serviços de telecomunicações. Solicitou a inclusão do manifesto
255 na ata da reunião, que seja anexo. Quanto as categorias dos arquitetos e urbanistas,
256 salientou que é composto quase em sua totalidade por capital estrangeiro, e os projetos
257 realizados na área pública, em sua maioria, estão sendo produzidos em outros países,
258 declarando que devem defender o mercado de trabalho e soberania nacional. Propôs que
259 sejam desenvolvidas ações conjuntas em defesa da ciência e tecnologia e da arquitetura
260 e urbanismo nacionais. A conselheira **DEBORA TOGNOZZI LOPES**, membro da
261 Comissão Temporária Parlamentar do CAU/SP – CTP-CAU/SP, alertou sobre a
262 aprovação de projetos sem realização de audiências públicas e estudos de impacto, em
263 desobediência ao Estatuto da Cidade. Não havendo manifestações adicionais e
264 superada a pauta, a Presidente do CAU/SP **CATHERINE OTONDO** declarou
265 encerrada a Sétima Reunião Ordinária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São
266 Paulo, do ano de dois mil e vinte um, agradecendo a participação e a colaboração de
267 todos.

CATHERINE OTONDO

Presidente

Histórico da votação:

Reunião Plenária Ordinária Nº: 08/2021

Data: 26/08/2021

Matéria em votação: Item III. Discussão e aprovação das atas da 7ª reunião plenária ordinária de 2021.

Resultado da votação: Aprovada por aclamação, sem manifestações contrárias.

Ocorrências:

Secretária: Renata da Rocha Gonçalves

Presidente: Catherine Otondo



ANEXO

Item V. Comunicados dos conselheiros – Manifesto do SASP

O SASP denuncia!

Ataque covarde aos arquitetos-urbanistas.

Os avanços profissionais na nossa categoria, em conjunto com os engenheiros, sempre tiveram o binômio organização profissional e regimes progressistas.

Assim foi em 1933, sob a organização do Instituto de Engenharia de São Paulo - 1917, do Instituto dos Arquitetos do Brasil - 1921 e do Sindicato Nacional de Engenheiros – 1931 que, durante o governo revolucionário de Getúlio, através do decreto nº 23.569 de 11 de dezembro nasceu à regulamentação da profissão.

Um período de forte oposição pelos setores conservadores, que em nome da Constituição de 1891 tentaram, através de ações na justiça, impedir a aplicação do Decreto.

A batalha com setores liberais que defendiam a não regulamentação era na verdade a nossa luta pelo salário profissional, pelos direitos trabalhistas, pela organização sindical e pela fiscalização por parte dos órgãos de Estado. Aqueles setores liberais pretendiam desvalorizar as nossas profissões defendendo a atuação dos leigos.

O retorno do Nacional desenvolvimentismo em 1950, que se estendeu até ao Governo Jango, estabeleceu as bases para o Salário Profissional e dotou o órgão de ordenamento e fiscalização profissional de atribuições para baixar resoluções necessárias à regulamentação das nossas profissões.

Almino Affonso, que era Ministro do Trabalho, formulou o projeto de lei e coube ao Dep. Federal o eng. Rubens Paiva, que ajudou na elaboração, a sua defesa na Câmara dos Deputados.

A Lei nº 4950_A de 22 de abril de 1966 foi aprovada pelo Congresso Nacional durante o governo ditatorial instalado em abril de 1964, e além de tudo com seus autores Almino e Rubens cassados e o primeiro exilado. Em 1971, a ditadura assassinou o eng. Rubens Paiva.

Agora vivendo sob outro governo reacionário, saudosista da nefasta ditadura, edita-se a Medida Provisória 1040 de 2021 sob a alegação de eliminar exigências e simplificar a abertura e o funcionamento de empresas, ataca novamente as relações trabalhistas colocando sob ameaça o Salário Profissional, com a inserção de uma emenda que extingue a Lei 4950_A/66. Essa MP também ataca os Conselhos Profissionais, a tecnologia e ciência nacionais acabando com anuência prévia da ANVISA para patentes de produtos e processos farmacêuticos e com os limites para a participação estrangeira em capital de prestadora de serviços de telecomunicações.

Não podemos permitir ações que ferem as categorias cujo verdadeiro interesse é acabar com a ciência e tecnologia sinônimo de soberania nacional.

Alguns colegas que são favoráveis ao fim da Lei 4950_A/66, na realidade são desavisados, pois acham que acabando com as normas dos conselhos e demais leis trabalhistas poderão os pequenos escritórios contratar nossos profissionais e continuarem existindo.

A visão desses colegas trás um grande engano, acabar com a Lei 4950_A/66 enfraquecera os honorários dos nossos serviços, sem parâmetros o mercado regulará



pelo decréscimo do valor do nosso trabalho, é essa a concorrência que nossos liberais pregam, mais um engodo no caminho da pauperização da nossa profissão.

A MP ampliará o processo violento do capital nesse setor, hoje a maioria absoluta das gerenciadoras é de grupos estrangeiros, no qual as mudanças metodológicas na esfera administrativa escondem a globalização da produção do trabalho, os grandes escritórios nacionais não sobreviverão e os pequenos serão reféns desse mercado.

Lembre-se do vilipêndio que nosso setor vem sofrendo desde 2016 com o ataque às nossas empresas, como se só elas praticassem relações duvidosas com o setor público.

Projetos públicos, onde se encontra a maior fatia do mercado, escolas, postos de saúde etc. são realizados por profissionais de outros países periféricos mais adiantados na submissão tecnológica, como Singapura, Taiwan, Coreia, Índia para exemplificar. Eliminam postos de trabalho duplamente, reduzindo quadros de carreira do Estado e depois na área privada utilizando a mão de obra técnica no exterior.

Recentemente o governo federal aprovou o Marco Regulatório da Ciência & Tecnologia e suas legislações auxiliares, dentre elas os nefastos PL's 241 e 257, que congela por vinte anos investimentos na área pública, concursos e aumentos reais de salários para todos os servidores por 20 anos. Incluem-se cientistas e todos os profissionais da tecnologia, dentre eles arquitetos-urbanistas. Lecionar em uma universidade pública e seguir carreira acadêmica, está totalmente comprometida.

A M.P. faz parte do planejamento totalmente em consonância com o grande projeto global, frisamos novamente, para submeter a ciência e tecnologia nacional como auxiliar dos grandes centros de pesquisa e detentores do capital produtivo da indústria de alta performance científica.

Se não tem tecnologia na produção, não há necessidade de arquiteto-urbanista como trabalhador.

Restará o caminho da informalidade muitas vezes escamoteada sobre algumas denominações, profissional liberal, autônomo e escritórios individuais sempre sem registro cartorial e no conselho.

Essa informalidade coloca os profissionais no porão do capitalismo, sendo presa fácil de irregularidades e prejuízos financeiros. Hoje “pouco mais da metade dos arquitetos e urbanistas do Brasil trabalha por conta própria”; Senso CAU/BR 2011.

Ardilosos, aprimoram o que até mesmo a ditadura não conseguiu.

Conselheiras e conselheiros, o SASP nasceu há 50 anos com a missão de defender as trabalhadoras e os trabalhadores, profissionais da arquitetura e urbanismo, nas relações de trabalho e das ameaças que possam prejudicar a nossa categoria profissional, por isso conclamamos:

Arquitetos-urbanistas venham para luta organizada, temos que divulgar, informar, mobilizar e resistir com unidade pois o momento novamente nos obriga.

São Paulo, 29 de julho de 2021.